

UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA: A ECONOMIA VERDE

MICHELE LINS ARACATY E SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Introdução

Não podemos ignorar a importância do modelo Zona Franca de Manaus para o Amazonas e para região. A ZFM permitiu a industrialização acelerada, a consolidação de um parque industrial sofisticado, a geração de emprego qualificado na indústria e a forte expansão da renda per capita na região, mas não foi ainda capaz de gerar encadeamentos produtivos para o interior. Para tanto, necessitamos de forma imediata identificar um modelo de desenvolvimento regional endógeno complementar que atenda às peculiaridades regionais: trata-se da economia da sociobiodiversidade ou economia verde.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Quais os principais desafios para a implementação da Economia da Sociobiodiversidade ou Economia Verde no Amazonas? Entre os inúmeros desafios está o fato de termos “várias amazônias” dentro da Amazônia, visto as peculiaridades, desafios e oportunidade em cada município da região. Objetivamos apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional endógeno local para o Amazonas definido nesta proposta como Economia da Sociobiodiversidade ou Economia ou Verde

Fundamentação Teórica

O Desenvolvimento Endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável deverá ter como base: novo papel do Estado federado; estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local e (iii) valorização dos novos fatores de produção (AMARAL FILHO, 1996). Ao se idealizar um modelo de desenvolvimento regional endógeno local amazônico, torna-se imprescindível que esta proposta seja pautada no desenvolvimento sustentável dada a importância da biodiversidade e dos amazônidas. Portanto, o modelo proposto deve ser pautado na sustentabilidade, na preservação ambiental e com base na floresta em pé.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, bibliográfica e documental. Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimentos dos textos utilizados na construção do artigo.

Análise dos Resultados

O modelo de desenvolvimento exógeno contribuiu para frustrar a possibilidade de se identificar vetores chaves do desenvolvimento. Para tanto, necessitamos de um novo modelo que valorize as potencialidades e equilibre o crescimento econômico com inclusão social, reduzir as vulnerabilidades sociais, promover a conservação ambiental e tem potencial para beneficiar a população que reside nos municípios do interior do estado do Amazonas reduzindo a insegurança alimentar e aproveitando a tecnologia bem como o conhecimento tecnológico já consolidado no PIM.

Conclusão

Ao que pese a qualquer proposta para um modelo de desenvolvimento regional endógeno local para o Amazonas aqui definido como “economia da sociobiodiversidade ou economia verde”, esta deve estar pautada na preservação da biodiversidade e no respeito à cultura regional, reduzir o abismo regional, gerar emprego e renda sustentáveis, combater a insegurança alimentar e promover o bem-estar social aos habitantes dos municípios do interior do Amazonas que não foram contemplados com a riqueza oriunda do PIM.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.
BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2011. BECKER, B. K. In: Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Org: Elimar Nascimento e João Vianna. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. BECKER, B. K. Modelos e Cenários para a Amazônia: Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parceria Estratégica, nº 12, set. 2001.

Palavras Chave

Economia da Sociobiodiversidade, Economia Verde, Amazonas

Agradecimento a órgão de fomento

não se aplica

UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA: A ECONOMIA VERDE

Introdução

Ao longo dos anos, a estrutura produtiva do Amazonas foi pautada, basicamente, em dois modelos: a monocultura da borracha e a Zona Franca de Manaus (ZFM), que redirecionou a economia do estado para o setor industrial, com efeitos socioeconômicos e ambientais positivos (SILVA; LUCAS; OLIVEIRA, 2021).

Tais projetos de integração regional que buscavam a ligação desta com o restante do país bem como atender a necessidade de manter a soberania nacional. As alternativas implementadas tinham caráter exógeno e foram embasadas na perspectiva desenvolvimentista/progressista inviabilizando o desenvolvimento endógeno, com valorização das potencialidades e peculiaridades regionais.

Não podemos ignorar a importância do modelo Zona Franca de Manaus para o estado do Amazonas e para a Região Norte do Brasil. A ZFM, notadamente, permitiu a industrialização acelerada, a consolidação de um parque industrial sofisticado, a geração de emprego qualificado na indústria de transformação e a forte expansão da renda per capita na região. Contudo, o modelo ZFM não foi ainda capaz de gerar encadeamentos produtivos para o interior do estado e, por conseguinte, a prosperidade gerada pelo Polo Industrial de Manaus (PIM) não se estendeu para os demais municípios do Amazonas, sequer àqueles que compõem a Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Passados 56 anos de atuação, pauta-se a urgente necessidade de identificar alternativas complementares ao modelo Zona Franca de Manaus que por meio de setores de atividade promovam o encadeamento produtivo, possam gerar externalidades que dinamizem a economia do interior, reduzindo as assimetrias sociais e que contribuam para a preservação ambiental.

O PIM constitui um modelo longo e próspero, com mais de 600 empresas com elevado grau de prontidão e inovação. Em 2022, o modelo apresentou um faturamento equivalente a R\$ 174,1 bilhões e responsável por gerar mais de 108 mil empregos (efetivos, temporários e terceirizados). Os indicadores econômicos são inquestionáveis, mas o modelo não foi capaz de prover a prosperidade aos 61 municípios do Amazonas. Pelo contrário, contribuiu para a concentração de renda, de riqueza, para a urbanização e favelização na periferia de Manaus.

O cenário socioeconômico do interior e da periferia da capital é crítico visto a falta de infraestrutura, logística, miséria e insegurança alimentar. Acreditamos que a solução para o interior do Amazonas esteja embasada num modelo de endógeno local complementar ao já consolidado PIM. Tal modelo, aqui definido como “a economia verde” deverá ser implementado por meio de Parceria Público-Privada. Neste contexto, o objetivo desta sessão organizada é oferecer um espaço para a reflexão dos desafios de implementar uma “economia verde” no Amazonas através da identificação de novas matrizes econômicas, vetores chaves e potencialidades regionais com base no setor primário e na sustentabilidade para que possamos reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas e a insegurança alimentar da população do interior e da periferia da capital.

Para tanto, temos como questão norteadora: Quais os principais desafios para a implementação da Economia da Sociobiodiversidade ou Economia Verde no Amazonas? Entre os inúmeros desafios está o fato de termos “várias amazônias” dentro da Amazônia, visto as peculiaridades, desafios e oportunidade em cada município da região.

Dessa forma, temos como objetivo apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional endógeno local para o Amazonas definido nesta proposta como economia verde.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, bibliográfica e documental com análise de conteúdo.

Estruturalmente, este artigo está dividido da seguinte forma: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Análise e Discussão dos Resultados, Considerações Finais e por fim, as Referências que contribuíram para a construção do texto.

Referencial Teórico

Histórico da ocupação regional

No decorrer do século XX, o caminho encontrado para a Amazônia, em termos de ocupação regional baseou-se numa visão externa ao território, afirmando a soberania nacional, privilegiando as relações com o poder central, ou seja, um modelo exógeno. Essa característica é mais facilmente associada ao aspecto desenvolvimentista/progressista, que vigorou durante o regime militar na década de 1960 e que ainda predomina da região (BECKER, 2001, p. 136).

Para Becker (2007), a maior fragilidade do modelo desenvolvimentista/ progressista é o fato dele ser mostrado como integrador, associado aos objetivos de crescimento econômico nacional que nunca teriam se completado. Como consequência, se focou somente nas regiões que poderiam desempenhar um importante papel nas redes da economia nacional e internacional não alcançando as demais regiões e municípios distantes do grande centro urbano.

Para Monteiro Neto et al. (2017), as políticas que objetivavam reduzir a pobreza generalizada acabaram por causar cada vez mais impactos regionais, tais como: desigualdade socioeconômica, concentração da renda e riqueza bem como o favorecimento de grandes projetos beneficiados por subsídios e incentivos fiscais transferindo a responsabilidade para os governos subnacionais que sofrem com as limitações de implementação e falta de estratégia de crescimento.

Portugal (2017), evidencia relevantes limitações regionais: uma delas, se refere a falta de prioridade conferida à política regional na Amazônia. A outra seria a deficiência na articulação entre as instituições governamentais responsáveis por sua execução no âmbito da Região. Ambas, segundo o autor, contribuem para aprofundar os impactos socioambientais no território reduzindo as oportunidades econômicas e opções de desenvolvimento.

Como vimos, o modelo exógeno implementado deixou marcas na estrutura produtiva e frustrou a implementação de um modelo o qual valorizasse as potencialidades regionais e que contribuísse para induzir a economia regional. A seguir, faremos uma breve apresentação das principais características do Modelo Zona Franca de Manaus e o processo de transformação que moldou o estado do Amazonas após a instalação do PIM no final da década de 1960.

Modelo Zona Franca de Manaus e externalidades

Para Silva (2015), o debate sobre o desenvolvimento na Amazônia se depara com as relações contraditórias entre o uso de recursos e a conservação do bioma. O desenvolvimento, identificado com a expansão da sociedade industrial se vislumbra como a negação necessária da existência da floresta e das teias de vida natural e social que a tornam possível. Surge a partir desse cenário uma identificação entre o industrial e o urbano, entre tecnologia e high-tech, entre conhecimento e saber científico, entre economia e mercados.

Neste contexto de contradições, a indústria nasce produzindo o urbano industrial, que sucede, modifica e prolonga seu oposto dialético, a cidade. O afastamento entre indústria e cidade dificilmente poderia se manter, uma vez que a produção não se isola do circuito econômico, circulação e reprodução social dos fatores de produção (trabalho, capital financeiro

etc.) e das relações sociais de produção (aprendizado social e técnico, hábitos de consumo etc.). Ocorreu então, como podemos observar no Amazonas, um movimento duplo: a indústria tanto retorna às cidades quanto produz as suas próprias áreas urbanizadas; se apropria da cidade e a recria (SILVA, 2015).

Para Lefebvre (1975), a industrialização e urbanização formam um processo duplo, mas interligado, sendo faces conflituosas de uma realidade conjunta onde a indústria transforma a urbanidade preexistente ameaçando-a, e ao mesmo tempo a recria numa expansão urbana sem precedentes. Este choque reorganiza a vida social amplamente proporcionando o surgimento de outra prática social, outra relação com o espaço e com a natureza.

O Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, criado através da Lei. n. 3.173/ 1957, sendo fruto de uma política de integração regional que objetivava atender duas relevantes demandas: criar regiões com infraestrutura que atraíssem pessoas a espaços densamente pouco povoados e descentralizar o processo de industrialização que estava centralizado na região sudeste do país. Assim, o modelo atendia às duas demandas e buscava promover e estimular a associação produtiva e social da região amazônica.

Sua implementação ocorreu em 1967 e foi estruturado com base em três polos: comercial, agropecuário e industrial. Hoje, com 56 anos de atividades ininterruptas e superar desafios como: crises, mudanças de planos econômicos, reestruturações econômicas e políticas e mais recentemente a maior emergência sanitária do século XXI se reinventa e segue como pilar da economia estadual e regional (PAULET, 2009).

De acordo com Silva, Lucas e Oliveira (2021, p.15), o PIM, constitui uma relevante política desenvolvimentista de integração e uma das principais iniciativas do Governo Federal na região amazônica, sua presença desencadeou uma virtuosa ligação produtiva e competitiva com os demais estados brasileiros bem como em países nos mais diversos continentes. Ademais, a presença de empresas de capital internacional proporciona ao modelo um expressivo dinamismo, direcionando-o constantemente para um patamar de modernização e atualização de forma a garantir a sua competitividade, ganhos de escala e desenvolvimento tecnológico acompanhando as empresas instaladas em outras regiões industriais.

As indústrias instaladas apresentam características da 4ª Revolução Industrial que tem como base o uso intensivo de tecnologia digital com o objetivo de fabricar novos produtos com rapidez, otimização de tempo e da cadeia de suprimentos proporcionando ganhos de escala, produtividade e melhorando a competitividade (através da fusão da tecnologia digital e da internet em suas rotinas fabris com tendência a tornarem-se estruturas mais inteligentes, flexíveis, dinâmicas e ágeis (2021, p. 15 -16).

De acordo com os Indicadores Industriais do PIM (SUFRAMA, 2023), o faturamento global registrado pelas empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus (PIM), em 2022 foi de R\$ 174,1 bilhões, 6,84% superior ao registrado em 2021. Em dólar, o faturamento em todo o ano passado alcançou US\$ 33,9 bilhões, o que representa crescimento de 12,53% em comparação com o resultado obtido em 2021 (US\$ 30,1 bilhões). O modelo encerrou 2022 gerando 108.373 empregos (efetivos, temporários e terceirizados), com média mensal de 109.759 postos, 3,67% superior à média mensal do ano anterior. Desde outubro de 2020, o PIM mantém marca superior a 100 mil empregos diretos gerados em suas fábricas.

Acerca das exportações, nos dozes meses do ano passado, as exportações do PIM totalizaram US\$ 583,63 milhões, o que representa incremento de 29,08% na comparação com o volume de vendas externas registrado em 2021 (US\$ 452,13 milhões) (SUFRAMA, 2023).

Como observamos, o PIM constitui a base econômica para a economia regional pois contribui significativamente para fomentar o desenvolvimento regional e a economia do estado do Amazonas, mas como todo modelo de desenvolvimento não foi capaz de prover o desenvolvimento integral da região e no caso do PIM os demais 61 municípios do Amazonas não foram impactados positivamente com a riqueza gerada no parque industrial.

Alguns fatores como migração e o crescimento vegetativo (natalidade x mortalidade) são determinantes para o aumento populacional nas cidades. O último censo do IBGE deu-se em 2010, mas existem várias projeções de estimativas dessa população, tanto do IBGE, quanto dos órgãos governamentais do estado do Amazonas.

A cidade de Manaus considerando o fator determinante de migração populacional, incentivado pelo Polo Industrial e outras oportunidades, teve um crescimento exponencial de sua população urbana, nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990 na qual a população urbana deu um salto de 633.383 mil para 1.011.501 milhões de habitantes. Em 2018 para 2.145.444 milhões e a partir de 2020, apesar da baixa populacional causada pelo infortúnio da pandemia os dados do IBGE, apontaram 2.219.580 milhões e em 2021 as estimativas foram para 2.255.903 milhões de habitantes na capital Manaus. A população do estado do Amazonas encontra-se estimada pelo IBGE em 2021 em 4.269.995 milhões de habitantes.

No estado do Amazonas, segundo o IBGE de 2017/ 2018, 62,5% da população do Amazonas encontrava-se em insegurança alimentar e nutricional nos níveis leve a grave. A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais o quadro de vulnerabilidade social e econômica. Os números mais recentes apontam que um em cada cinco manauara encontra-se em situação de miséria, totalizando 445 mil pessoas.

De acordo com o IBGE/Censos Demográficos, o Índice de Gini do estado do Amazonas nos anos de 1991, 2000 e 2010 foi de: 0,6282, 0,6823 e 0,6664 (acima de 0,5), refletindo um elevado grau de concentração de renda pois quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Em relação ao SIS (2019) e IBGE (2019), a pobreza atinge 12% da população e 48% da população estadual encontra-se em situação de extrema pobreza.

Acerca da taxa de desocupação, 11,8% da população residente na capital do Amazonas encontra-se desempregada, tornando Manaus a 8ª capital do país no ranking do desemprego. Em relação à informalidade, também é elevada, 57,1% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade na capital do Amazonas (IBGE, 2022).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, no ranking, com todos os 5.564 municípios do Brasil, a cidade do Amazonas mais bem colocada é Manaus, com 0.737 (alto) de IDH. Entre os cinquenta piores IDH's do país, nove estão no Amazonas: Tapauá, Maraã, Pauini, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro e Itamarati.

Acerca do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do estado do Amazonas, no ano de 2000 era de 0.658 (muito alta) e o mais recente disponibilizado pelo IPEA foi de 0.348 (média) referente ao ano de 2021. Já para Manaus, no ano de 2000, tivemos 0.525 (muito alta) e para o ano de 2010, temos 0.387 (média).

De acordo com a FGV (2022), o déficit habitacional do Amazonas é de 25,4% (acima do nacional que é de 9,4%), necessitamos de mais de 110mil habitações para suprir a demanda por moradias. Além disso, 53,3% das residências da capital do Amazonas são definidas como aglomerados subnormais (ocupações irregulares e habitações com carência de serviços básicos como esgoto, água encanada e iluminação), segundo o IBGE.

Desenvolvimento Regional endógeno local e a sustentabilidade

De acordo com Federwisch e Zoller (1986), o debate acerca do desenvolvimento regional local endógeno divide-se em duas tendências: uma de natureza indutiva (mais descritivos e que partem de estudos específicos e peculiares) e outra considerada dedutiva (partem de postulados gerais e tem como base a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas).

De acordo com Amaral Filho (1996, p.8), a teoria do desenvolvimento regional endógeno nasce na década de 1980 a partir de duas hipóteses: é fruto de pressão exercida pelos

dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações; ou que tenha surgido a partir de ideias e preocupações antigas levantadas pelos clássicos, neoclássicos e heterodoxos (neomarxistas, neo-schumpeterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas).

Acerca dos autores clássicos que exerceram influências sobre a nova teoria do crescimento, destacamos Smith (1983), que associa “economia social a rendimentos crescentes” ou “noções de aprendizagem e economias de escala dinâmicas”. Do lado dos neoclássicos, temos Marshall (1982), princípios de economia, que associa “economias ou deseconomias externas aos rendimentos crescentes ou decrescentes”, concentrando sua análise nas organizações, na educação, na saúde, e no conhecimento sobre o aumento da eficiência do sistema produtivo e aumento da riqueza. Schumpeter (1982), de uma forma mais dinâmica analisa o papel das inovações no desenvolvimento econômico, em uma perspectiva virtuosa de destruição criadora (AMARAL FILHO, 1996, p. 9).

Os economistas neoclássicos ou novos clássicos passam a reconhecer a superioridade do conceito de rendimentos crescentes e que são provocados por outros fatores de produção (além dos tradicionais fatores de capital físico e força de trabalho). Relata-se que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento e que passaram a serem aceitos pela ortodoxia como fatores endógenos, são eles: capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento e a informação.

Portanto, a tese consensual decorrente é que: “se um país, região ou local que dispõem desses fatores podem elevar com maior facilidade o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda”. Ainda para o autor, é neste ponto que reside a contribuição da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à criação de externalidades e bens coletivos (1996, p.10-11).

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de uma economia aberta e sustentável. Assim, o desenvolvimento regional endógeno constitui num processo de ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico implementado na econômica local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (1996, p.14).

Tal processo, tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido e que vem de dentro pra fora e de baixo para cima, partindo das potencialidades sociais e econômicas originais a partir dos atores locais e não mais do planejamento centralizado através de organizações sociais regionais (que são relevantes para as decisões dos atores locais) conduzidas pelo estado (AMARAL FILHO, 1996).

Outro aspecto que vem à tona quando se analisa o perfil e a estrutura produtiva a partir dos atores locais é que os modelo mais exitosos de desenvolvimento endógeno são os constituídos por pequenas empresas e/ ou pequenos empreendimentos. Que por sua vez, são os responsáveis por atividades relevantes dentro das economias externas provocando aglomerações de empresas com fabricação de produtos semelhantes (GAROFOLI, 1992).

Por sua vez, o autor destaca o grau de autonomia (comercial, tecnológica e financeira) dos sistemas e frisa que é consequência de numerosas inter-relações existentes entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais (sendo constituído como meio ou conjunto de fatores histórico-socioculturais que estão sedimentados na comunidade e nas instituições locais (1992).

Dessa forma, o Desenvolvimento Endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável deverá ter como base: (i) novo papel do Estado federado; (ii) estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo; e (iii) valorização dos novos fatores de produção. Ainda para o autor, o Estado atuará provendo infraestrutura (energia, comunicações etc.) além de coordenar as políticas fiscal e financeira (AMARAL FILHO, 1996).

Ao se idealizar um modelo de desenvolvimento regional endógeno local tendo como objeto a Amazônia, torna-se imprescindível que esta proposta seja pautada no desenvolvimento sustentável dada a importância da fauna e flora amazônica bem como dos povos que nela habitam. Portanto, o modelo proposto deve ser pautado na sustentabilidade, na preservação ambiental e com base na floresta em pé.

Segundo May et al, (2003, p. 5), o conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito normativo que surgiu com o nome de ecodesenvolvimento no início da década de 1970. Ele surgiu num contexto de controvérsias sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada principalmente pela publicação do relatório do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental. Ele emerge desse contexto como uma proposição conciliadora, em que se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina, e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais.

De acordo com o Informe Brundtland (1987), para gerar sustentabilidade, é necessário combater a pobreza com o desenvolvimento econômico, um compromisso intergeracional, e a ideia de que o planeta dispõe de uma quantidade limitada de recursos e de uma capacidade limitada de dar condições à vida como a conhecemos. Embora isso possa ser considerado como o *mainstream* do desenvolvimento sustentável, há diversas tendências, visto que o conceito é impreciso e comporta várias interpretações, muitas vezes carregadas de utopismo, e as várias teorias que o circunscrevem se correlacionam a ideologias políticas diferentes. É um conceito com muitos defensores e críticos e que remete a discussões.

Foi com o propósito de resolver os graves problemas de desigualdade e exclusão social que Barbieri (2011) pautou sua análise na sustentabilidade social que se bem implementada oportunizaria a harmonização do crescimento econômico com inclusão social e conservação ambiental.

Para Becker (2007), o desenvolvimento sustentado deveria ser pautado em elementos sustentadores tendo como base o fortalecimento das relações socioambientais regionais: no capital humano, no capital natural e na organização produtiva.

Segundo Monteiro Neto et al. (2017, p.61), “sem dinâmica econômica e sem infraestrutura produtiva adequada, o mercado fica restrito e não há estímulo à atividade privada, reduzindo a incorporação de trabalho e o aumento da renda”.

Como consequência, as instituições são pressionadas a compensar essa aparente carência socioeconômica, desequilibrando as contas públicas. Mesmo sabendo-se que uma infraestrutura adequada “pode compensar a carência de recursos e transformar uma região antes deprimida num centro de transformação, distribuição ou consumo”, o baixo dinamismo dessas regiões mostra que esses obstáculos estão longe de serem superados (FERRERA DE LIMA, 2016, p. 20).

Como pautado anteriormente, a riqueza gerada pelo PIM concentrou-se na capital do Amazonas não espalhando para os demais municípios do interior que seguem com os piores indicadores de desenvolvimento humano municipal. Nestes, a miséria e a insegurança alimentar bem como a falta de infraestrutura básica impactam direta e indiretamente sobre parte expressiva da população e constituem relevantes desafios para a gestão pública uma vez que o ambiente amazônico requer um modelo endógeno assertivo que gere desenvolvimento pautado

na preservação ambiental. Nesta discussão, apontamos a “economia verde” como potencialidade para o Amazonas.

Considerações e desafios para uma “Economia Verde” amazonense

De acordo com Tavares (2011, p.58), a “economia verde” reflete quatro décadas de diálogo entre governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre meio ambiente, economia e desenvolvimento, marcadas pela sequência de conferências globais sobre o assunto: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, a Rio 92 e a Rio+10 em 2002, às quais se soma o processo preparatório para a Rio+20.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da ONU Meio Ambiente, define economia verde como sendo de baixo carbono, eficiente e limpa, mas também com caráter inclusivo, baseada na partilha, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência (2019).

Uma economia verde é aquela que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, reduz riscos ambientais e escassez ecológica, aloca de forma eficiente os seus recursos e promove com baixa emissão de carbono a geração de empregos socialmente inclusivos. Está pautada em três pilares fundamentais para seu funcionamento: produção, distribuição e consumo associando-os às preocupações de inclusão social, consumo consciente e preservação ambiental. (PNUMA, 2011, p.01-02)

Cabe aos governos e aos organismos internacionais a promoção de uma agenda que transforme a economia verde em prioridade, combinando “incentivos fiscais e regulamentações para acelerar o processo de mudanças por meio de inovações tecnológicas e criação de mercados verdes”. Caso tal procedimento não seja adotado pelos órgãos governamentais e internacionais e sob coordenação do setor privado, como tem ocorrido, as economias mostrar-se-iam incapazes de ingressar efetivamente em uma economia verde” (ZAPATA, 2011, p.74).

A produção de matéria prima, biomassa e subprodutos de qualidade e com regular oferta é um dos principais gargalos para alavancar a economia verde no Amazonas. As atividades produtivas sustentáveis têm origem, na sua essência, em um ambiente de negócios com inúmeros problemas. Assim, empreendedores regionais, submetidos a esse entorno, optam por não investir em atividades sustentáveis legais que convivem com a floresta em pé.

Vários são os gargalos do ambiente de negócios do Amazonas. Um dos principais é a falta de clareza na titularidade da terra, que é particularmente importante para o avanço de atividades econômicas sustentáveis e para a conservação na região.

O problema da regularização fundiária e a conseqüente falta de titulação da terra geram enorme insegurança jurídica para a produção rural, dificultam o acesso dos produtores às políticas públicas fundamentais como a do crédito, por exemplo, e impactam negativamente na comercialização da produção com empresas formais.

Sob a ótica do financiamento, em relação à atividade agrícola, faz-se necessário aumentar a capacidade de acesso às linhas e políticas de financiamento da produção, com a ampliação da rede de agências bancárias e do cooperativismo de crédito nos municípios. Ademais, a concessão de crédito rural deve ser customizada para cada cadeia produtiva. Ainda, neste ponto, destacamos que os instrumentos financeiros, a partir de títulos de dívida, poderiam ser criados para o financiamento de atividades produtivas com salvaguardas socioambientais.

Sob a ótica da demanda, há desafios de agregação de valor local e alcance de mercados mais sofisticados. Para tanto, certificações, rastreabilidade, identificação geográfica e acordos comerciais devem ser buscados para as diversas cadeias.

A deficiência de capital humano no interior do Amazonas é outro grande entrave para os negócios sustentáveis, que tipicamente precisam de mão de obra qualificada. Esse fator tem sérios impactos na produtividade e qualidade da produção. Neste ponto, chamamos a atenção para as atividades agroflorestais e extrativistas carecem de tecnologias mínimas de produção.

Ademais, falta o desenvolvimento de pesquisa aplicada às cadeias produtivas potencialmente definidas por Zoneamento Ecológico-Econômico.

Deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhoria da competitividade da região. Preocupa a questão de infraestrutura para escoamento da produção, demandando investimentos consistentes em construção de portos, além da recuperação e pavimentação de estradas e vicinais rurais. Para tanto, é urgente a necessidade de melhorias na qualidade e oferta de energia elétrica e telecomunicações para todo o interior amazonense.

Destacamos também a incapacidade do Estado em fiscalizar e punir atividades informais e ilegais. Sabe-se que um percentual muito baixo das multas ambientais é efetivamente pago no Amazonas. Os processos de aplicação e cobrança das multas levam, em média 5 anos para serem concluídos. Na prática, a punição efetiva àqueles que desrespeitam as leis e geram degradação ambiental fica aquém do que deveria ser. Logo, nesse contexto em que há altos custos e muito tempo envolvido para obedecer às regras aplicadas aos negócios formais, mas que, por outro lado, não há eficiente combate a negócios informais, uma proporção significativa dos agentes escolhe o caminho da informalidade. E isso acaba criando uma concorrência imperfeita no mercado. Uma competição desigual incentivando a ilegalidade.

Por fim, há ainda de se repensar uma forma de remuneração mais justa para os detentores do conhecimento tradicional que são os verdadeiros conhecedores da riqueza e das potencialidades dos produtos da floresta. Acreditamos que a colaboração do conhecimento tradicional com as pesquisas científicas regionais pode contribuir para alavancar a agregação de valor aos produtos regionais.

Metodologia

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo de apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional exógeno implementado ao longo na Amazônia com destaque para o Polo Industrial de Manaus. Para atingir tal propósito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental como meio de investigação, a partir de fontes secundárias. Temos uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória e a partir de base teórica. Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos utilizados na construção desta proposta.

Para a consecução da presente pesquisa torna-se necessário a realização de algumas etapas, descritas a seguir:

De acordo com Alves (2003), a metodologia é considerada um instrumento necessário do pesquisador, porque é nela que se especifica os caminhos a serem adotados e se torna possível delinear a criatividade e definir o como, onde, com quem, com quê, quando e de que maneira se pretende captar a realidade e seus fenômenos.

Segundo Galliano (1986), todas as acepções da palavra “método” registradas nos dicionários estão ligadas à origem grega *methodos* – que significa “caminho para chegar a um fim”.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para o alcance do objetivo proposto. Para tanto, temos uma pesquisa exploratória e descritiva, bibliográfica e documental fazendo uso de observações e análise de conteúdo.

Para Trivinho (1987), o objetivo da pesquisa qualitativa é explicar um fenômeno ainda não conhecido e num determinado contexto, pouco estudado. Logo, seus dados serão muito mais de natureza descritiva ou exploratória, os resultados qualitativos serão texto, quadros explicativos e relações (frameworks) que ajudarão a explicar os achados. Quanto à análise de

dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimentos dos textos utilizados na construção do artigo.

Análise e Discussão dos Resultados

Como foi possível observar, as tentativas de desenvolver a região Amazônica com base num modelo de desenvolvimento exógeno a partir do modelo Zona Franca de Manaus provocaram externalidades positivas no que tange à economia regional e PIB estadual, mas também, impactaram negativamente ao analisarmos a concentração de renda e problemas urbanos na capital do Amazonas.

O modelo de desenvolvimento exógeno contribuiu para frustrar a possibilidade de se identificar vetores chaves do desenvolvimento e fragilizou o desenvolvimento sustentável com foco na preservação ambiental, atividade primária e cultura regional.

Uma estratégia para corrigir as distorções causadas pelo modelo ZFM às economias dos municípios seria a indução de um modelo de desenvolvimento endógeno local complementar ao PIM que tivesse como foco os municípios do interior do estado.

Para esta proposta, levantamos a hipótese da implementação da “Economia Verde”, a qual tem potencialidade de harmonizar o crescimento econômico com inclusão social, reduzir as vulnerabilidades sociais, promover a conservação ambiental e tem potencial para beneficiar a população que reside nos municípios do interior do estado do Amazonas reduzindo a insegurança alimentar e aproveitando a tecnologia bem como o conhecimento tecnológico já consolidado no PIM.

Considerações Finais

Ao que pese a qualquer proposta para um modelo de desenvolvimento regional endógeno local para o Amazonas aqui definido como “economia verde”, esta deve estar pautada na preservação da biodiversidade e no respeito à cultura regional.

O olhar deve ser voltado principalmente para as potencialidades regionais estimulando a cadeia produtiva de forma a garantir um cenário atrativo para o investimento no interior do estado do Amazonas. Tal investimento, por sua vez, deve ser alicerçado em agroindústrias, agricultura familiar e nos Arranjos Produtivos Locais (APL's), de forma a agregar valor aos produtos regionais e possibilitar a inserção destes em cadeias globais de valor aproveitando as inovações tecnológicas e as pesquisas já consolidadas a partir do exitoso modelo Zona Franca de Manaus.

Para tanto, devemos levar em consideração as potencialidades dos produtos disponíveis na floresta bem como a experiência e o conhecimento dos amazônidas para que possamos reduzir o abismo regional, gerar emprego e renda sustentáveis, combater a insegurança alimentar e promover o bem-estar social aos habitantes dos municípios do interior do Amazonas que não foram contemplados com a riqueza oriunda do PIM.

Referências

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BECKER, B. K. In: Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Organizadores: Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, B. K. Modelos e Cenários para a Amazônia: Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parceria Estratégica*, nº 12, set. 2001.

BRUNDTLAND, G. **Our Common Future: From One Earth to One World**. Nova York: Oxford University Press, 1987.

FEDERWISH, F.; ZOLLER, H. *Technologie nouvelle et ruptures regionales*. Paris: Economica, 1986.

FERRERA DE LIMA, J. O espaço e difusão do desenvolvimento regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (Orgs.). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. p. 15-40.

GAROFOLI, G. Les Systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatic de développement endogène. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3502139>. Acesso em: 18 fev 2023.

IBGE. Aspectos Demográficos da Região Norte. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 15 mar 2023.

IBGE. Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm. Acesso em: 14 mar 2023.

IBGE. PNAD. 2015. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 17 mar de 2023.

LEFEBVRE, H. *Lógica Formal Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 154 p.

MAY, P.; LUSTOSA, C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente**. Teoria e Prática. RJ: Elsevier, 2003.

MONTEIRO NETO, A.; COSTA, M. A.; RESENDE, G. M.; MENDES, C. C.; GALINDO, E. P. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

MONTEIRO NETO, A.; COSTA, M. A.; RESENDE, G. M.; MENDES, C. C.; GALINDO, E. **Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

ONU. ONU Meio Ambiente Propõe Modelos Econômicos Alternativos Sustentáveis. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676321#:~:text=Para%20a%20ONU%20Meio%20Ambiente.resiliência%2C%20oportunidade%20e%20interdependência.> Acesso em: 18 mar 2023.

PNUMA. Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. 2011. Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/green-economy>. Acesso em: 11 mar 2023.

PORTUGAL, R. S. O planejamento e o financiamento do desenvolvimento regional na Amazônia. XVII ENAPUR. São Paulo, 2017.

SILVA, J. N. P. da. O processo de urbanização na Amazônia: destacando as cidades dos notáveis, cidades-empresas, cidades rodovias e as cidades tradicionais. *SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos –UFAM* ISSN (impresso): 1518-4765 / ISSN (eletrônico): 2316-4123, ano 19, n. 1. jan/jun. 2015.

SILVA, M. L. A. e; LUCAS, M. M. B; OLIVEIRA, M. L. de. Teorias do desenvolvimento regional: o modelo zona franca de Manaus e a 4ª revolução industrial / Theories of regional

development: the Manaus free zone model and the 4th industrial revolution. Informe GEPEC,[S. l.], v. 25, n. 2, p. 107–124, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v 25i2.26512. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26512>. Acesso em: 12 mar 2023.

SILVA, M. L. A. e; LUCAS, M. M. B; OLIVEIRA, M. L. de. Teorias do desenvolvimento regional: o modelo zona franca de manaus e a 4ª revolução industrial / Theories of regional development: the Manaus free zone model and the 4th industrial revolution. Informe GEPEC,[S. l.], v. 25, n. 2, p. 107–124, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v 25i2.26512. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26512>. Acesso em: 12 mar 2023.

SUFRAMA. Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus. 2017 - 2022. Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/indicadores/caderno_indicadores_janeiro_fevereiro_2022_gerado_em_03-05-2022_.pdf. Acesso em: 11 mar 2023.

TAVARES, M. Economia verde na América Latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. **Revista Política Ambiental Economia verde: desafios e oportunidades / Conservação Internacional** - n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

ZAPATA, C. O papel do crescimento inclusivo para a economia verde nos países em desenvolvimento. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3254476/clovis-zapata>. Acesso em: 20 mar 2023.